

4

Neoliberalismo e subjetivação

Neste quarto e último capítulo tencionamos desenvolver três temas. No primeiro tópico, vamos examinar a grande transformação ocorrida nos anos 1960 e 1970, buscando articular o declínio do Estado providência, a crise econômica e a emergência da arte neoliberal de governar com os movimentos e lutas políticas e sociais que se desenvolveram na mesma época, movimentos cujos efeitos provocaram mudanças profundas na cena política e social mas também nos modos de ser e de viver dos indivíduos.

Acreditamos que certa convergência dos princípios do neoliberalismo (e de suas críticas ao modelo de governo que o antecedeu) com os objetivos dos movimentos políticos e sociais daquelas duas décadas tenha produzido uma conjuntura que facilitou sobremaneira não apenas a imposição da teoria econômica neoliberal como uma nova ortodoxia, mas ainda o estabelecimento e o início da hegemonia, ainda atual, da governamentalidade neoliberal.

No segundo tópico, pretendemos investigar as estratégias da racionalidade neoliberal que moldaram o empresário de si fazendo do capital humano a forma subjetiva dominante na atualidade. Retomaremos o curso *Nascimento da biopolítica*¹, para recolher e extrair algumas indicações de Foucault sobre a construção e ampliação do conceito de capital humano no interior do pensamento neoliberal americano. Tencionamos, ainda, examinar como a partir daquele conceito a racionalidade econômica se estendeu e pôde ser aplicada a esferas não econômicas da existência humana. Essa extensão teve duas consequências, a primeira foi a generalização da forma econômica do mercado para todo o sistema social. “A análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e

¹ O curso ministrado por Michel Foucault, no Collège de France, em 1979, *Nascimento da biopolítica*, teve como objeto central estudar o neoliberalismo. Nesse mesmo ano, Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra britânica, enquanto nos Estados Unidos, Paul Volcker, iniciador da revolução monetarista, assumia a presidência do US Federal Reserve. Uma análise mais detalhada desse contexto foi desenvolvida por David Harvey (2005).

procura, vai servir de esquema que pode se aplicar a campos não-econômicos” (Foucault, 2004b, p. 249), operando como princípio de inteligibilidade das relações sociais e das condutas individuais. A segunda consequência foi a instauração da concorrência como norma universal de regulação não apenas econômica, mas também social, fazendo, enfim, “da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo” (Dardot & Laval, 2009, p. 459). Para concluir o capítulo, apresentaremos algumas questões e reflexões sobre as possibilidades de resistência a essa racionalidade e ao modelo de subjetivação nela implicado.

4.1. A transformação neoliberal

Sem dúvida, o mundo em que vivemos se transformou radicalmente nas últimas décadas. Essa grande transformação pode ser apreendida a partir dos mais diversos enfoques. Do ponto de vista econômico, por exemplo, poderíamos dizer que essa transformação resultou de uma crise do capitalismo e, assim, podemos considerá-la uma transição do capitalismo de produção para o capitalismo de superprodução (Vaz, 2002). Mas, além disso, ela também foi o resultado da falência econômica e social do regime ‘fordista’ de acumulação de capital ou da incapacidade do modelo intervencionista do Estado providência de superar a estagnação econômica dos anos 1970 e de se adequar ao processo de globalização que teve início na mesma época.

Do ponto de vista social e cultural, as décadas de 1960 e 1970 testemunharam a intensificação dos movimentos em torno dos direitos civis e da justiça social, além da emergência de uma série de outros movimentos sociais que se organizaram, quase sempre, em torno de reivindicações de algum tipo de liberdade individual. Além das lutas igualitárias tradicionais – que reivindicavam justiça social, exigiam direitos iguais para mulheres e homens, para negros e brancos –, surgiram os movimentos afirmativos que buscavam o reconhecimento das diferenças e das identidades singulares. Eram lutas que além da igualdade de direitos exigiam direitos específicos, das mulheres por serem mulheres, dos negros por serem negros, dos homossexuais, etc., todos buscando, enfim, valorizar e afirmar as diferenças e a singularidade de uma identidade.

Mas essa mesma época viu surgir formas de ativismo político mais radicais, tais como os movimento pacifistas, que se organizaram em oposição às intervenções militares ‘imperialistas’, como a que estava em curso no Vietnã; e outros que reivindicavam a liberdade sexual, a liberação das drogas, dos comportamentos e dos desejos. Outras lutas, com objetivos diversos, às vezes conduzidas por instituições já estabelecidas – sindicatos, movimentos operários, partidos políticos de esquerda – se agregaram, não sem conflitos, e deram mais força àqueles movimentos. O resultado dessa articulação foi a onda de revoltas sociais e políticas que se difundiu pelo mundo em 1968, mas cujos efeitos e ressonâncias se prolongaram nos anos 1970, revoltas “fortemente marcadas pelo desejo de maior liberdade individual” (Harvey, 2005, p. 41).

Toda essa efervescência não resultou de uma orquestração preestabelecida e concertada ou de objetivos intencionalmente elaborados por alguns, eram movimentos e lutas dispersas, estratégias sem sujeito ou estrategista, como diria Michel Foucault (Foucault, 1977c/2001a, p. 306-307). Isso significa que foi no decorrer das lutas e afrontamentos efetivos que esses movimentos encontraram, pouco a pouco, um ponto em torno do qual puderam se articular a um objetivo comum – a emancipação e a autonomia que permitiria a cada indivíduo assumir a conduta de sua existência e os meios de se governar. No curso dessas lutas se produziu um objetivo estratégico não intencional, o governo de si passou a ser tratado como uma questão política.

O movimento feminista é um exemplo disso. A conhecida palavra de ordem das feministas radicais, ‘o pessoal é político’, não remete apenas a um questionamento da distinção público/privado; ela insere as esferas pessoal, individual e íntima no domínio das lutas políticas coletivas. Acreditamos que muitos dos movimentos pós-1968 foram animados pela politização da esfera pessoal, que acompanhava a busca de liberdade e autonomia individual e a aspiração de assumir o governo da própria vida. Esses objetivos estavam no horizonte de todos aqueles movimentos e fundamentavam suas reivindicações.

As conquistas daqueles movimentos tiveram como resultado, sem dúvida, a criação de novas maneiras de ser e de viver, de formas de condutas, de modos de expressão da sexualidade e de uso do corpo, de modalidades de relações sociais e afetivas, um novo conceito de uso das drogas, etc. A politização da esfera pessoal associada a busca de liberdade e autonomia, acarretou uma espécie de ‘privatiza-

ção' das condutas, já que a vida passou a ser encarada como o resultado de escolhas individuais livres e autônomas. No entanto, nos parece importante destacar que assunção do governo de si, por meio da criação ou escolha de modos de ser e de viver, carrega em si o processo de responsabilização.

A 'privatização' das condutas torna os indivíduos responsáveis pelos riscos implicados nos modos de ser e de viver criados ou escolhidos. A liberdade e autonomia individual é inseparável da responsabilidade pelos efeitos do exercício daquela liberdade. Com isso, cada indivíduo passa a ser o único gestor dos riscos que o ameaçam. A incitação à escolha e a proliferação dos discursos de valorização dos riscos e da responsabilidade individual promovidas pela estratégia neoliberal encontra nos movimentos radicais um campo propício para se desenvolver e colocar em prática um trabalho político e ético de responsabilização individual.

Mas como apreender aqueles acontecimentos? Quais foram os efeitos daquelas lutas e quais transformações elas produziram? Acreditamos que as revoltas sociais e políticas das décadas de 1960 e 1970 com seus efeitos e a ascensão e o estabelecimento de uma nova racionalidade governamental, por meio dos governos neoliberais no fim dos anos 1970, estão no centro das preocupações de vários pensadores contemporâneos que se debruçaram (e se debruçam ainda) sobre a questão da passagem da modernidade para a contemporaneidade, e as implicações dessa passagem na produção de novas formas de subjetivação.

Alguns autores, como Michael Hardt e Antonio Negri, supõem que “a obra de Foucault nos permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle” (Hardt e Negri, 2002, p. 42). Deleuze é bem mais enfático ao afirmar que o próprio Foucault foi “um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1992, p. 215-16). Ainda segundo o filósofo francês

Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVII e XVIII; atingem seu apogeu no início do século XX. [...] Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial; sociedades disciplinares era o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser. (Deleuze, 1992, p. 219-220)

Outro autor que investiga essas transformações, a partir de uma perspectiva sociológica, e, portanto distinta da dos autores mencionados antes, é Alain Ehrenberg. Em seu livro *La fatigue d'être soi*, ele assim define o objetivo de seu trabalho: "...traçar os contornos do indivíduo contemporâneo, quer dizer, o tipo de pessoa que se institui gradativamente na medida em que deixamos a sociedade de classes, e o estilo de representação política e de regulação das condutas que lhe eram ligadas" (Ehrenberg, 2000, p. 11). O ponto de partida de Ehrenberg para pensar a constituição dessa nova subjetividade é o enfraquecimento dos dispositivos disciplinares, das regras de autoridade e de conformidade aos interditos, e a concomitante instauração de um novo imperativo normativo de incitação à iniciativa individual e a um tornar-se "si mesmo".

Segundo Ehrenberg, "o lugar da disciplina nos modos de regulação da relação indivíduo-sociedade se reduziu" (idem, p. 15). Esse colapso do poder disciplinar teria sido acompanhado por uma transformação profunda das normas que sustentavam a sociedade disciplinar. Um novo dispositivo de poder, um outro arranjo de forças passa a gerir a funcionamento social, produzindo mudanças radicais nos modos de subjetivação. Na realidade, o que Ehrenberg descreve é a passagem de um estilo de existência organizado no seio das sociedades disciplinares, nas quais a questão principal que se colocava a cada um com relação a suas escolhas era "o que me é permitido fazer?", para um novo tipo de arranjo e organização social que o autor denomina "sociedade da autonomia e da iniciativa individual" – em que a pergunta fundamental é "o que eu sou capaz de fazer?".

Ainda de acordo com Ehrenberg, os anos 1960 e 1970 teriam abalado profundamente os preconceitos, as tradições, os limites e enfim todas as referências que estruturavam a vida de cada um. As lutas pela autonomia e liberdade individual, lutas de emancipação que caracterizaram aquela décadas, acabaram produzindo um sujeito que passou a ser 'proprietário de si mesmo', este sujeito se tornou progressivamente independente em relação às suas origens, às tradições, aos hábitos, aos modos e às regras que lhe eram impostas e que até certo ponto determinavam o seu destino. Todas essas referências começaram a se apagar, na medida mesmo em que se difundia a ideia de que cada um poderia tornar-se alguém por si mesmo, por sua própria iniciativa e poderia viver a vida que escolhesse. A emancipação teria se tornado uma forma de vida. Teríamos tido a partir de então

uma apologia do individualismo, uma vez definitivamente emancipado, o homem se tornou proprietário de si mesmo, subtraindo-se ao poder das normas e aos mecanismos da disciplina.

O elemento comum a essas análises é a ênfase atribuída à transformação do regime de poder, para justificar a transição da modernidade para a contemporaneidade, ou da sociedade disciplinar para a sociedade de controle – na abordagem política de Hardt, Negri e Deleuze – ou para a sociedade da iniciativa individual – na análise sociológica de Ehrenberg. A alteração de um regime de poder pressupõe a reconfiguração dos dispositivos já existentes, a instauração de novos dispositivos e modos de exercício de poder. De acordo com Hardt e Negri, a sociedade de controle seria “caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização das disciplinas” (Hardt & Negri, 2002, p. 42), ao passo que Ehrenberg sugere que o advento da ‘sociedade da iniciativa individual’ seria resultado do enfraquecimento do modelo disciplinar e do estabelecimento de um modo de regulação das condutas que incentiva a iniciativa individual.

Acreditamos na pertinência dessas análises, mas introduziremos duas observações. Primeiro, a ausência da perspectiva da governamentalidade². Ou seja, considerando este conceito, pensar a constituição de um novo regime de poder implica de imediato discutir a racionalidade governamental que o molda e sustenta. Ademais, é a investigação das racionalidades governamentais que possibilita abordar as relações de poder em termos de condução de condutas, de governo dos outros e governo de si.

Os efeitos dos dispositivos de poder correlatos de uma racionalidade governamental específica vão determinar como as técnicas de governo dos outros vão se integrar e se articular às técnicas de governo de si. E é precisamente no campo das relações entre o governo dos outros e o governo de si que são construídos os modos de subjetivação.

A segunda observação envolve mais uma vez a introdução da perspectiva da governamentalidade, a qual concebe a relação de poder como ‘a ação de uma liberdade sobre outra liberdade’, uma ação sobre a ação do outro, desde que esse outro “seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e

² Essa ausência talvez possa ser justificada pelo fato de que, com exceção de uma das aulas do curso *Segurança, território, população*, os dois cursos de Foucault sobre a governamentalidade só foram publicados em 2004.

que se abra, diante das relações de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (Foucault, 1982b/2001a, p. 1.055). Acreditamos que os acontecimentos das décadas de 1960 e 1970, em especial os movimentos e lutas pela autonomia e liberdade individual podem ser objeto de uma análise fecunda a partir desta perspectiva.

No ensaio *O sujeito e o poder*, Foucault descreve três tipos de lutas contra o poder: “contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)” (idem, p. 1.046).

Nas duas décadas que constituem o objeto de nossa análise, encontramos essas três modalidades de lutas. São exemplos do primeiro tipo de luta indicado por Foucault os movimentos contra a segregação racial e pela igualdade de direitos (étnicos), assim como os movimentos igualitários feministas (gênero). Os movimentos dos trabalhadores e sindicatos, dos partidos de esquerda, são exemplos de luta contra a exploração econômica. O terceiro tipo de luta não tinha como objetivo, e nisso ele se distingue dos outros, atacar uma “instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder” (Foucault, 1982b/2001a, p. 1046). É nessa modalidade de luta que situamos os movimentos que buscavam a autonomia e a liberdade individual, liberdade com relação aos comportamentos, aos modos de ser, aos estilos de vida, à sexualidade, ao uso de drogas, etc. Essa modalidade de luta teria, segundo Foucault, se tornado predominante a partir dos anos 1970, “é a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – que está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido” (idem, p. 1.047).

Esse tipo de luta está na origem do novo modo de investigação das relações de poder proposto por Foucault, que consiste em analisar o poder a partir das formas de resistência aos seus diferentes tipos, considerando-as como uma espécie de ‘analisador’ daquelas relações (Foucault, 1982b/2001a). O que estava em jogo nos movimentos pelas liberdades individuais não era propriamente um obstáculo à ação, ou uma restrição da liberdade, pelo contrário, eles se constituíram por meio do exercício da liberdade, do desenvolvimento da capacidade de criar novos mo-

dos de atuar e de se conduzir, novos estilos de vida, novas formas de relação afetiva, sempre em torno do ideal da autonomia e da liberdade individual. Esse exercício de liberdade encontrava como obstáculo, mas também como alvo os efeitos de um poder que era preciso combater e recusar.

Tal modo de abordar estas relações se insere na perspectiva da ‘microfísica’ do poder, que “não considera o Estado como foco único e exclusivo do poder, mas como o efeito terminal de um processo político iniciado, primeiramente, no tecido das relações sociais” (Potte-Bonneville, 2007b, p. 351-352). Essa perspectiva nos permite analisar aqueles movimentos a partir de uma noção elaborada por Foucault no curso *Segurança, território, população* (1978), quando investigava a pastoral cristã: a noção de ‘contraconduta’ ou revoltas de conduta.

Foucault argumenta ali que as revoltas de conduta são movimentos específicos, distintos “das revoltas políticas ou econômicas em seu objetivo e em sua forma” (2004a, p. 199). Mas o fato de as resistências ou revoltas de conduta estarem ligadas a problemas específicos não significa que elas permaneçam isoladas. Elas podem se articular e ganhar força, como ocorreu nos movimentos pós-1968. Foucault forjou a noção de ‘contraconduta’ exatamente para designar esse tipo de luta, “de resistência a formas de poder que não exercem a soberania e que não exploram, mas que conduzem” (idem, p. 203). Todos os movimentos em torno da autonomia e das liberdades individuais a que nos referimos podem ser pensados a partir do conceito de contraconduta. O movimento pacifista dos anos 1960, a recusa dos jovens americanos de fazerem a guerra, de serem soldados e servirem a seu país, por exemplo,

aparece como uma conduta ou uma contraconduta moral, como uma recusa da educação cívica, como uma recusa dos valores apresentados pela sociedade, como uma recusa, igualmente, de certa relação considerada obrigatória com a nação e com a salvação da nação, como uma certa recusa do sistema político efetivo dessa nação. (Foucault, 2004a, pp. 201-201)

Acreditamos que as profundas mudanças sociais e culturais, mas também a intensa valorização da individualidade – com a proliferação das lutas pela autonomia e liberdade individual – nas décadas de 1960 e 1970, ao lado da crise econômica e do processo de globalização constituíram uma conjuntura que facilitou e impulsionou a implementação da racionalidade governamental neoliberal, de suas políticas, práticas e modos de governo. O intenso ataque ao modelo do Estado in-

tervencionista não partiu apenas do campo político e econômico neoliberal – de políticos, economistas, intelectuais, etc. Ele se ancorou na infinidade de lutas e movimentos políticos, que se constituíram em torno da questão das liberdades individuais e se alastraram pelo mundo naquele período.

Os princípios da racionalidade neoliberal eram compatíveis com aquela atmosfera e com suas reivindicações, desde que pudessem, por meio de estratégias práticas, integrar o ideal de autonomia e de liberdade individual e responder de alguma forma àquelas reivindicações. Além disso, encontramos uma convergência entre o conceito neoliberal de capital humano, presente na definição do empresário de si, e a busca de autonomia característica do pensamento radical e do ativismo político pós-1968, convergência que diz respeito à concepção do governo de si e da relação a si. Em ambos os casos, os modos de governo de si são considerados uma questão política, eles serão moldados e construídos (na perspectiva neoliberal) ou criados e desenvolvidos (no pensamento radical) no campo político. Com isso o governo dos outros se torna um elemento ou derivado do estabelecimento de um modo de governo de si, de relação a si (Feher, 2007).

Essa convergência nos leva a supor, não sem alguma hesitação, que as estratégias neoliberais teriam capturado e colonizado o ideal de autonomia e liberdade individual, o reduzindo e integrando ao conceito de capital humano.

Retornemos então à noção de estratégia. Acreditamos que um exame mais detido dessa noção seria importante antes de prosseguirmos com nossa argumentação. Para tal nos apoiaremos nas indicações de Foucault, Dardot e Laval.

De acordo com Foucault, a palavra ‘estratégia’ pode ser definida como “a escolha dos meios empregados para atingir um fim” (Foucault, 1982b/2001a, p. 1060). Considerando que os primeiros governos neoliberais do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 implementaram uma série de medidas e intervenções para atingir determinados objetivos – restringir os mecanismos de proteção social, privatizar empresas públicas, combater a inflação, entre outros – e com isso superar a situação de crise, podemos então pensar numa estratégia neoliberal, no primeiro sentido proposto por Foucault.

No entanto, esse sentido da noção de estratégia poderia nos levar a concluir

que a racionalidade neoliberal³ teria elaborado, prévia e calculadamente, seus objetivos, como se eles tivessem resultado de uma escolha intencional e racional por parte de algum ‘sujeito’ coletivo manipulador. De acordo com Dardot e Laval, o objetivo neoliberal de fazer da concorrência a nova norma de regulação universal – norma de construção do mercado, norma de ação dos atores econômicos, norma de construção do Estado empresa e de suas intervenções, norma de conduta do empresário de si – “não preexistiu à luta contra o Estado providência na qual se envolveram [...] círculos intelectuais, grupos profissionais, forças sociais e políticas, com frequência por motivos bastante heterogêneos” (Dardot & Laval, 2009, p. 276). A hipótese desses autores é a de que o objetivo de erigir a concorrência em norma de regulação teria se constituído em meio aos confrontos, que

aquele objetivo se impôs a forças muito diferentes em virtude da própria lógica dos afrontamentos, e que a partir desse momento ele funcionou como um catalisador oferecendo um ponto de articulação a forças até então relativamente dispersas. (Dardot & Laval, 2009, p. 276)

A emergência de um objetivo a partir das relações de forças num determinado campo remete ao segundo sentido da palavra ‘estratégia’ proposto por Foucault – o de uma estratégia sem sujeito. Pensar uma estratégia sem estrategista supõe pensar uma lógica das práticas que colocam em ação técnicas e mecanismos de poder cujos efeitos acabam imprimindo uma direção global e forjando um objetivo estratégico, sem que ninguém tenha sido seu instigador (Dreyfus & Rabinow, 1984). A dimensão estratégica das políticas neoliberais inclui, por um lado, os meios escolhidos para realizar certos objetivos específicos, e, por outro, “o caráter estratégico (no segundo sentido do termo) do objetivo da concorrência generalizada que permitiu dar a todos aqueles meios uma coerência global” (Dardot & Laval, 2009, p. 277). Esses dois aspectos vão dar forma a um dispositivo estratégico neoliberal que envolve discursos, intervenções e práticas de poder e que tem por objetivo instaurar um novo projeto político, social e econômico.

³ Nós nos referimos aos aspectos que foram examinados no terceiro capítulo, a extensão da racionalidade econômica, a implantação da concorrência como norma da dinâmica da economia e como princípio de construção do mercado, a produção de sujeitos livres e autônomos, sob a forma do empresário de si, portador de um capital humano.

4.2. Uma nova forma subjetiva: o capital humano

Pretendemos neste tópico abordar dois temas, o primeiro remete a uma questão: quem é o sujeito neoliberal? Ou seja, qual é o tipo de subjetividade que foi produzida pela racionalidade e pelas políticas e práticas neoliberais? O segundo envolve a resistência, tencionamos apenas indicar algumas possibilidades de resistência à subjetivação-sujeição neoliberal.

Vimos no capítulo 3 como o neoliberalismo, ao fazer do *homo œconomicus* o homem da concorrência, o transformou no empresário de si, aquele que é seu próprio capital, desenvolvendo assim uma concepção do homem como capital – o conceito de capital humano. No entanto, para que o capital humano se constituísse como a forma subjetiva dominante na atualidade foi preciso colocar em ação uma multiplicidade de dispositivos de poder, dos mais variados tipos, por meio dos quais as condutas dos sujeitos e o próprio processo de subjetivação foram contínua e progressivamente modelados.

A introdução, nas investigações de Foucault, da noção de conduta e do conceito de governamentalidade ocasionaram um deslocamento na forma de conceber as relações de poder. Se antes essas relações eram pensadas no âmbito do confronto entre dois adversários, depois da introdução daquelas duas noções o poder passou a ser concebido como governo, não como instituição, mas como atividade que envolve, ao mesmo tempo, a relação a si e a relação com os outros, que atua sobre essa dupla relação por meio de ações sobre a ação de sujeitos livres. Esse novo modo de abordar as relações de poder, nos permite repensar os dispositivos e técnicas de poder descritos por Foucault – as técnicas disciplinares, os mecanismos de segurança, os dispositivos de regulação e controle – como técnicas de governo.

Dessa forma, o dispositivo disciplinar pode ser redefinido de modo mais amplo, no interior dessa nova concepção de poder como um conjunto de técnicas de estruturação do campo de ação dos outros (Foucault, 1982b/2001a, p. 1.056), como uma forma de governo maleável que pode se diversificar e ser aplicado de acordo com cada situação ou caso específico, “desde o confinamento dos presos até a vigilância da qualidade dos produtos vendidos no mercado” (Dardot & Laval, 2009, p. 300).

Duas observações nos parecem pertinentes para o exame da atuação do dispositivo disciplinar nas sociedades neoliberais. A primeira é que desde a época clássica das disciplinas, as técnicas disciplinares não se reduzem à coerção e adestramento dos corpos, elas penetram a ‘alma’, por meio do cálculo individual dos prazeres e das penas, atuando dessa forma sobre os desejos e inclinações dos indivíduos. A segunda remete à distinção estabelecida por Foucault entre disciplina-bloco e disciplina-mecanismo, essa última designando a difusão no tecido social de mecanismos de controle e vigilância dos indivíduos, os quais seriam necessários, de acordo com Bentham, à dinâmica das trocas numa sociedade de mercado.

Uma das características das sociedades neoliberais é a promoção da liberdade de escolha. No entanto, o caráter disciplinar e normativo dessa estratégia só se torna evidente quando observamos que

a ‘liberdade de escolher’ se identifica de fato à obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora no interior de um quadro legal, institucional, [...] relacional, que deve justamente ser construído para que o indivíduo escolha ‘com toda liberdade’ aquilo que ele deve obrigatoriamente escolher em nome de seu próprio interesse. (Dardot & Laval, 2009, p. 300)

A construção e ampliação de um campo de ação estável para sustentar o cálculo individual e a liberdade de escolha é, assim, um dos efeitos das disciplinas neoliberais. Trata-se de uma forma indireta de condução de condutas, por meio da estruturação de um campo de ações possíveis. Para isso, as políticas neoliberais terão que estender, para todas as esferas possíveis, o modelo do mercado de forma a organizar e promover

a ‘obrigação de escolher’, fazendo com que os indivíduos aceitem a situação de mercado [...] imposta como ‘realidade’, ou seja, como única ‘regra do jogo’, e integrem desse modo a necessidade de realizar o cálculo do interesse individual se não quiserem perder ‘o jogo’, e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal em um universo no qual a acumulação parece ser a lei geral da existência. (Dardot & Laval, 2009, p. 301)

No curso *Nascimento da biopolítica*, ao analisar a teoria do capital humano desenvolvida pelos neoliberais americanos – Theodore Schultz, Gary Becker, Jacob Mincer – Foucault destaca dois aspectos importantes dessa teoria, que serão

objetos de suas observações – a introdução do trabalho no campo da análise econômica e a extensão da racionalidade econômica para domínios não econômicos. O primeiro diz respeito a uma crítica dos neoliberais à economia política clássica. Esta, segundo eles, nunca teria efetivamente submetido o trabalho – que ao lado da terra e do capital era um dos fatores de que dependia a produção de bens – à análise econômica. O trabalho concreto com todas as suas dimensões, teria sido reduzido, no pensamento econômico clássico, à variável quantitativa do tempo (como nas análises de Ricardo), ou transformado numa abstração sob a forma de “força de trabalho, medido pelo tempo, posto no mercado e retribuído com um salário” (Foucault, 2004b, p. 227). Mas esse não é o trabalho concreto, com suas variáveis qualitativas e sua realidade e dimensão humana. Foi fundamentado nessa última análise que Marx pôde denunciar que “a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido” (idem, *ibidem*).

Na perspectiva de Marx, essa concepção do trabalho que abstraía a sua realidade seria fruto da própria lógica do capitalismo. É nesse ponto que os neoliberais vão introduzir uma torção: segundo eles, a abstração do trabalho não resulta da mecânica real dos processos econômicos, mas da maneira como essa mecânica foi pensada na economia clássica. De acordo com os neoliberais, foi a incapacidade da economia clássica de analisar o trabalho em sua dimensão concreta, que permitiu que ele se tornasse objeto de “toda uma filosofia, toda uma antropologia, toda uma política de que Marx é precisamente o representante” (Foucault, 2004b, pp. 227-228). Os neoliberais acreditavam, ainda, que se a realidade concreta e humana do trabalho escapou às análises da economia clássica foi, pelo menos em parte, porque ela fez dos “processos – do capital, do investimento, da máquina, do produto, etc.” (idem, p. 228), e dos mecanismos – de produção, de troca e de consumo – os objetos privilegiados da análise econômica.

A questão dos neoliberais foi então, a partir dessas críticas, fazer do trabalho o objeto da análise econômica. Para isso, eles tiveram que reinventar o objeto da ciência econômica; não se tratava mais da “análise de um mecanismo relacional entre coisas e processos, do gênero capital, investimento, produção, em que, nesse momento, o trabalho se encontra inserido somente a título de engrenagem” (Foucault, 2004b, p. 229). O que os neoliberais vão propor como objeto da economia, é “o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que

são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros” (idem, p. 228). Essa definição do objeto da economia introduz o comportamento humano e sua racionalidade interna, ou seja, o cálculo que determina as escolhas e ações de cada indivíduo no campo da análise econômica. Em especial, no que se refere ao trabalho, o objeto de análise passa a ser a racionalidade e o cálculo que conduz um indivíduo que dispõe de certos recursos raros a alocá-los visando determinado fim e não outro.

A análise econômica neoliberal do trabalho consistirá então em examinar como quem trabalha utiliza os seus recursos, e, nesse sentido, o trabalho passa a ser apreendido como conduta econômica, que obedece a uma racionalidade e a um cálculo.

Com a introdução dessa nova grade de análise neoliberal, o trabalhador deixa de ser encarado como força de trabalho, objeto das flutuações do mercado, da oferta e da procura, para se constituir como um sujeito econômico ativo e livre para decidir suas ações. Essa nova concepção do trabalhador como sujeito econômico ativo é a matriz na noção do empresário de si e do conceito de capital humano. O trabalho vai ser então analisado a partir da perspectiva e da lógica de quem trabalha. De acordo com Foucault, para os neoliberais o salário é uma renda, ou seja, é o produto ou o rendimento de um capital, que no caso do trabalhador é uma habilidade, competência ou capacidade que não pode ser separada dele.

Há, portanto, na concepção neoliberal, na forma como ela aborda o trabalho, uma série de deslocamentos que afasta esse tipo de análise do alcance das críticas tradicionais à lógica perversa do capitalismo. Lógica que aliena o trabalhador ao retirar dele a condução de sua vida, privando-o da escolha, dos meios e do produto de sua atividade, mas que o aliena ainda de outro modo, subtraindo dele a consciência da exploração a que é submetido.

Ao analisar o trabalho em termos de capital e renda, e integrar o capital ao trabalhador, o neoliberalismo estabelece a ideia de um conjunto máquina-fluxo, um trabalhador-competência (máquina), denominado capital humano, que produz ao longo de sua vida útil ‘fluxos de renda’. Essa é a forma final do indivíduo-empresa, do empresário de si, elemento fundamental em um pensamento neoliberal que vai conceber uma economia feita de unidades-empresas e uma sociedade constituída de empresários de si. O conceito de capital humano distancia radicalmente o pensamento neoliberal da “concepção de força de trabalho que deveria se

vender a preço de mercado a um capital que seria investido numa empresa” (Foucault, 2004b, p. 231).

Todas essas indicações que extraímos do curso *Nascimento da biopolítica*, de modo muito esquemático e fragmentado, tiveram como objetivo apresentar a primeira hipótese de Foucault com relação ao pensamento neoliberal, ou seja, a hipótese de que foi a partir da reintrodução do trabalho no domínio da análise econômica e da elaboração de uma nova grade de análise para abordá-lo que pôde se produzir a concepção do empresário de si e o conceito de capital humano.

O segundo aspecto sublinhado por Foucault, que mencionamos no início desse tópico, deriva do próprio conceito de capital humano. Uma vez estabelecido o conceito resta aos neoliberais determinar os fatores e variáveis envolvidos na formação e na acumulação do capital humano. É precisamente essa investigação que vai permitir a extensão da análise econômica para domínios não econômicos. De início, a formação do capital humano estava estreitamente associada aos investimentos educacionais, seja na esfera da educação propriamente dita, seja na formação profissional. O capital humano podia ser definido como o conjunto de competências que um indivíduo era capaz de adquirir e desenvolver por meio dos investimentos naquelas esferas. Essa primeira noção de capital humano permitiria aos indivíduos, aos seus pais e/ou empregadores avaliar e decidir se seria melhor começar a trabalhar mais cedo ou prosseguir com sua formação, se seria mais vantajoso obter uma renda imediata ou assegurar uma renda futura mais elevada, etc.

Com os neoliberais americanos, em especial Theodore Schultz e Gary Becker, ambos ganhadores do prêmio Nobel de economia, o conceito de capital humano vai se ampliar e ultrapassar o domínio da economia da educação. O conjunto de competências que compõe o capital humano vai se alargar muito ao incluir, por exemplo, os elementos inatos ou hereditários. Os avanços da medicina já permitem estabelecer fatores de risco associados a características genéticas, e determinar as probabilidades de um indivíduo contrair uma certa doença, numa certa idade ou período da vida. Os resultados das pesquisas epidemiológicas dos fatores de risco aplicados às populações humanas possibilita “reconhecer os indivíduos de risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo de sua existência” (Foucault, 2004b, p. 234).

Na medida em que os fatores de riscos são conhecidos e associados a determinados hábitos, práticas cotidianas e modos de viver, os indivíduos são incita-

dos a abandonar certos hábitos e a adotar outros de forma a minimizar as probabilidades de ocorrência de certas doenças, assumindo assim a responsabilidade pela preservação ou depreciação de seus respectivos capitais humanos. De acordo com Foucault, é “em termos de constituição, de crescimento, de acumulação e de melhoria do capital humano que se coloca o problema político da utilização da genética” (Foucault, 2004b, p. 235). O que se destaca nessa citação é a sua impressionante atualidade: muitas das questões e debates contemporâneos no campo da bioética envolvem exatamente essa temática.

Mas o capital humano vai se ampliar ainda mais ao incluir fatores ambientais, tais como, o meio social e cultural, as expectativas da família e dos empregadores, os acidentes de toda ordem que fazem parte da vida; elementos adquiridos como educação, formação e experiência profissional; e, ainda, aspectos colaterais, ou seja, “modo de preservação do capital físico – dieta, esportes, repouso – e psíquico – vida amorosa e sexual, lazer” (Feher, 2007, p. 15).

A valorização ou depreciação do capital humano que constitui cada indivíduo dependerá, então, da educação e da formação profissional, da herança genética, dos acidentes da vida, do ambiente social, econômico e cultural no qual foi criado e educado, dos hábitos e práticas cotidianas, da forma de cuidar de si. “Meu capital humano sou eu enquanto estoque de competências modificado por tudo que me afeta e por tudo o que faço” (Feher, 2007, p. 15). A ampliação dos elementos implicados na composição do capital humano vai, além disso, ter efeitos importantes no modo de conceber os rendimentos daquele capital. Na medida em que o capital humano incorpora elementos cada vez mais heterogêneos, os rendimentos vão se situar e se estender também para além da esfera estritamente econômica e monetária. O rendimento do capital humano passa a incluir, ao lado da renda financeira, tudo o que se produz a partir da atualização do estoque de competências que o constitui – conquistas amorosas, casamento, filhos, aparência física, saúde, etc. Assim, a apreciação ou depreciação do capital humano não poderá mais ser avaliada apenas em termos monetários.

Segundo Schultz, determinados investimentos no capital humano buscam somente o bem-estar futuro do indivíduo e não produzem, pelo menos diretamente, ganhos monetários (Schultz, 1971, p. 75). No entanto, não há dúvida de que o investimento na saúde e no bem-estar físico e psíquico, por meio de práticas e hábitos saudáveis, ao prolongar e manter as capacidades físicas e as condições psi-

quicas de um indivíduo, prolongam também sua capacidade de produção e seu fluxo de renda.

Essa versão ampliada do capital humano, proposta pelos neoliberais estabelece um dispositivo subjetivo que define o indivíduo como um conjunto heterogêneo de competências. Cada indivíduo, assim concebido, busca sempre a valorização de seu capital humano, “de modo que sua vida pode ser encarada como uma estratégia que visa a valorização de si” (Fehrer, 2007, p. 17). Além disso, todas as suas escolhas e condutas e todos os acontecimentos que afetam qualquer esfera da vida podem ter consequências na valorização ou depreciação de si. É precisamente essa concepção do sujeito humano, que permite fazer da relação a si, do governo de si, o alvo e o objeto privilegiado, o ponto de aplicação das tecnologias de poder, entre as quais figuram a difusão dos discursos sobre os riscos. Trata-se, portanto, de um projeto político de governo que busca governar os outros por meio da condução do governo de si. O sujeito neoliberal “é aquele que é eminentemente governável” (Foucault, 2004b, p. 274). É possível agir sobre ele estruturando o campo de suas ações e conduzindo-as por meio da oferta de opções e modelos de conduta e de autoestima capazes de modificar suas prioridades e alterar suas escolhas estratégicas, visando sempre a valorização de si (Feher, 2007).

Acreditamos que a análise comparativa entre as noções de capital humano e de trabalhador livre poderia nos auxiliar a demarcar de modo mais preciso o sujeito neoliberal. A noção de trabalhador livre elaborada pelo pensamento liberal se sustentava no pressuposto de que havia uma equivalência, uma igualdade formal entre o assalariado/trabalhador e o empregador/empresário. Ambos eram considerados sujeitos livres para dispor dos recursos que possuíam – força de trabalho de um lado, capital de outro – e negociar aqueles recursos por um determinado valor no mercado de trabalho (Marx, 1952, p. 266).

A noção de trabalhador livre implicava uma divisão do sujeito – por um lado, ele era possuidor da força de trabalho, e podia vendê-la ou negociá-la no mercado; por outro, ele era portador de direitos inalienáveis, de necessidades e aspirações não negociáveis. O trabalhador livre não se reduzia, portanto, à força de trabalho que possuía, ele era também constituído por uma dimensão humana – a cultura, os valores morais, as relações afetivas e familiares, a religião, etc. O pensamento liberal admitia que as condições que propiciavam o desenvolvimento humano e espiritual não eram as mesmas que promoviam o enriquecimento e o pro-

gresso material. Ademais, a dimensão humana era necessária “para a formação de sujeitos capazes de distinguir o negociável do inalienável, e, por conseguinte se sujeitar as leis do mercado sem perder os sentimentos de dignidade e de sua soberania” (Feher, 2007, p. 14).

A concepção de um sujeito dividido entre uma subjetividade inalienável e uma força de trabalho considerada mercadoria, evidenciou a distinção clássica, em especial na crítica marxista, entre as esferas da reprodução dos ‘trabalhadores livres’ – reprodução biológica, social, cultural, moral – e da produção e consumo de mercadorias. Mas essa clivagem evidenciou também que os princípios e valores envolvidos na dimensão do mercado eram absolutamente distintos dos que estruturavam a dimensão não-mercantil. Era preciso que o trabalhador livre reconhecesse em si uma dimensão inalienável e separada de sua força de trabalho, para não ser, ele próprio reduzido a uma mercadoria e se ver despojado de seu ser.

Como comparar e articular a noção de trabalhador livre com a de capital humano? Ao desenvolver a noção de capital humano, a racionalidade neoliberal suprime a divisão das esferas da produção e da reprodução, assim como tende a apagar a divisão mercado/não-mercado e consumo/produção. Isto porque,

todas as minhas condutas, não importa em qual domínio (dietético, erótico, religioso...), contribuem, da mesma forma que a assiduidade no trabalho ou a capacidade de vender minhas competências, para a valorização do capital humano que eu sou – ou seja, [contribuem] para o processo de apreciação de mim mesmo, do qual sou o empresário e principal acionista (Feher, 2007, p. 18).

Foi a erosão das fronteiras entre a esfera não-mercantil da reprodução e a esfera da produção, por meio da integração dos elementos de ambas na noção de capital humano, que permitiu aos neoliberais investir na liberação do mercado. A consequência foi a conquista, pelos mecanismos do mercado, do espaço até então não-mercantil da reprodução – espaço que era antes objeto das políticas sociais. Com isso, a diferença de natureza entre as ações e políticas públicas dirigidas ao âmbito da reprodução e ao domínio da produção desapareceu.

O capital humano ao eliminar a clivagem entre o homem íntimo e o empresário, ou seja, entre a dimensão inalienável e a dimensão negociável que definia o trabalhador livre, transforma esse último no ‘empresário de si’. O empresário de si, e o capital humano que o constitui, é a forma finalizada do processo de subjetiva-

vação produzido pela racionalidade neoliberal. Foi a emergência dessa nova subjetividade que possibilitou que “domínios tais como a saúde, a educação, a cultura..., deixassem de ser condições ‘externas’ de reprodução do empresário/trabalhador livre para se tornarem setores da valorização de si, [si] concebido como capital ou empresa” (Feher, 2007, p. 21).

É precisamente essa nova subjetividade que vai ser o alvo e o objeto de certas políticas neoliberais, em especial as que têm como objetivo promover a valorização do capital humano de cada empresário de si. Políticas que vão propor e incentivar a adoção de condutas valorizadoras e desaconselhar e desestimular as que podem levar à depreciação de si, em qualquer esfera da vida. A difusão dos discursos sobre os riscos é uma das tecnologias utilizadas na implementação dessas políticas. A eficácia de tal tecnologia pode ser atribuída, pelo menos em parte, ao fato de que a racionalidade do risco se superpõe, de certo modo, à racionalidade calculadora que anima o empresário de si em busca da valorização de seu capital humano, na medida em que o cálculo dos custos e benefícios, dos danos e dos ganhos estão evidentemente implicados naquelas racionalidades.

Uma das críticas mais difundidas ao neoliberalismo é a de que a forma subjetiva do capital humano – que implica, como vimos, a supressão da divisão produção/reprodução – faz do homem um mero operador de um sistema “de mercantilização do mundo, de uma sujeição progressiva do planeta, e de todos os momentos da existência humana – ou seja, do espaço e do tempo – às leis do mercado” (Feher, 2007, p. 18). De acordo com Feher, esse estilo de crítica deriva ainda da perspectiva do trabalhador livre, que vê a dimensão até então inalienável e irredutível de seu ser, cada vez mais capturada e colonizada pela lógica e pelos mecanismos do mercado. Lógica que degrada sua cidadania transformando-o em um consumidor de mercadorias e/ou um usuário de serviços.

Essa modalidade de crítica estaria na origem de um tipo de resistência à racionalidade neoliberal, que ignora a forma subjetiva do capital humano, que ainda acredita na preservação de uma dimensão que comporta os direitos inalienáveis e a irredutibilidade de suas aspirações e desejos à lógica do mercado e aos cálculos dos interesses. A partir dessa crítica, resistir à governamentalidade neoliberal, segundo Feher, consistiria em demarcar o campo do inalienável e do irredutível para com isso repelir e fazer retroceder a invasão mercantilista, “resistir ao neoliberal-

lismo é conjurar a expansão da esfera mercantil por meio da afirmação da irreduzibilidade do sujeito autêntico ao consumidor” (Feher, 2007, p. 19).

Michel Foucault nos oferece algumas indicações sobre o tema. De acordo com o filósofo francês, essa crítica não levou em conta a lição neoliberal. A forma subjetiva do ‘empresário de si-capital humano’ elimina toda modalidade de divisão do sujeito, o sujeito não é jamais produtor de um lado, e consumidor/usuário de outro. Na análise neoliberal o consumo é definido como atividade de produção. O consumo é “uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital de que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação” (Foucault, 2004b, p. 232), e essa produção de satisfação pode, por exemplo, aumentar sua autoestima e afetar condutas que podem valorizar seu capital humano.

Dessa forma, as análises e críticas sociológicas da sociedade de consumo, do consumo desenfreado, da mercantilização do mundo, sempre apoiadas na concepção de um sujeito dividido entre um lado consumidor e outro produtor, não teriam valor “em relação ao que seria uma análise do consumo em termos neoliberais da atividade de produção” (idem, *ibidem*). Acrescentaríamos que a ineficácia e inadequação desse tipo de crítica decorre do desconhecimento do processo de subjetivação produzido pela racionalidade neoliberal.

Outra via para discutir as possibilidades de resistência à governamentalidade neoliberal e ao modo de subjetivação que ela impôs nos é indicada pelo próprio Foucault. Numa entrevista à Bernard-Henry Levy, em 1977, publicada com o título *Non au sexe roi*, Foucault, ao discorrer sobre os movimentos minoritários afirmativos – dos negros, das mulheres, dos homossexuais – destaca a forma de resistência implicada naqueles movimentos. A estratégia de resistência consistiria em assumir o modo de sujeição – em especial de sujeição da subjetividade – que impunha uma etiqueta identitária para capturar e colonizar um determinado grupo de indivíduos. Pois bem, tratava-se de partir da assunção dessa identidade imposta, dessa sujeição, para atravessá-la e rompê-la, e com isso construir e afirmar uma singularidade radical. Trata-se portanto de uma modalidade de resistência que se exerce no interior do próprio dispositivo de sujeição.

Os homossexuais por exemplo, de início eram percebidos como libertinos ou delinquentes, em seguida tiveram suas condutas medicalizadas pelo saber psiquiátrico; passaram então, a ser considerados doentes da sexualidade ou mesmo portadores de alguma espécie de distúrbio psíquico. Todos esses discursos e os

mecanismos de poder correlativos foram pouco a pouco fixando-os a uma identidade e submetendo suas subjetividades. A resposta dos homossexuais a essa sujeição e a esses discursos se manifesta, segundo Foucault como um desafio, “que seja, nós somos o que vocês dizem, por natureza, doença ou perversão, como quiserem. Bem, se nós o somos, sejamos isso, e se vocês querem saber o que somos, nós mesmos o diremos melhor do que vocês” (Foucault, 1977e/2001a, p. 260).

Encontramos a mesma lógica de resistência no caso do movimento feminista, “tentou-se durante muito tempo prender as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês não são nada além do seu sexo’, se lhes dizia há séculos. E esse sexo acrescentavam os médicos, é frágil, quase sempre doente e indutor de doença” (Foucault, 1977e/2001a, p. 261). A mulher se tornou patologia e seu corpo objeto privilegiado da medicina. O que os movimentos feministas fizeram disso? Eles aceitaram o desafio,

Nós somos sexo por natureza? Bem, sejamos sexo, mas na sua singularidade, na sua especificidade irreduzível. Retiremos daí as consequências e reinventemos nosso próprio tipo de existência, política, econômica, cultural... Sempre o mesmo movimento: partir dessa sexualidade na qual se quer colonizá-las e atravessá-la em direção a outras afirmações. (Foucault, 1977e/2001a, p. 261)

Algumas considerações sobre esse modo de conceber a resistência nos parecem necessárias antes de prosseguir. Primeiramente a resistência é imanente às relações de poder; em segundo lugar, essa modalidade de resistência só pode ser pensada a partir da perspectiva da governamentalidade, ou seja, de uma concepção das relações de poder como ações sobre ações de sujeitos livres. Assim definidas, e Foucault insistiu muito nesse ponto, as relações de poder necessitam da liberdade para se exercer.

Conforme já mencionado no segundo capítulo, a racionalidade liberal inaugurou uma nova relação do poder com a liberdade, ou seja, as práticas de governo liberais atuavam precisamente no domínio das liberdades e interesses individuais dos governados; era portanto, um tipo de governamentalidade que exigia a liberdade para operar. O problema da liberdade como condição necessária ao governo liberal estava presente tanto na vertente ‘naturalista’ de Adam Smith, que reconhecia e respeitava a liberdade natural dos indivíduos, como na orientação artificialista de Jeremy Bentham, que preconizava a produção da liberdade por meio da

construção de um campo estável, no qual as ações espontâneas individuais pudessem se efetivar livremente. De modo geral a governamentalidade liberal funcionava para proteger o utilitarismo natural ou espontâneo dos indivíduos contra qualquer intervenção que pudesse cercear o cálculo ‘natural’ individual, cálculo que não apenas criava e regulava o mercado, mas também otimizava a riqueza coletiva.

Se já havia uma tendência construtivista no liberalismo clássico – e Bentham é um bom exemplo – essa tendência era muito tímida se comparada ao projeto construtivista e declaradamente assumido da racionalidade neoliberal. O caráter construtivista do neoliberalismo que examinamos no terceiro capítulo, se aplica ao mercado – que deve ser construído – ao Estado, que deve tomar a forma de Estado-empresa, mas, sobretudo ao sujeito – que deve ser construído como empresário de si em todos os aspectos. É exatamente a construção do sujeito que nos interessa para pensar a questão da resistência. O sujeito neoliberal é sempre um sujeito a ser construído. Sustentamos a hipótese de que a racionalidade neoliberal produziu um modo de subjetivação que implica uma sujeição da subjetividade, ou seja, uma subjetivação-sujeição sob a forma de ‘empresário de si que busca a valorização de seu capital humano’. No entanto o construtivismo da racionalidade neoliberal, não apenas produz a forma subjetiva do capital humano, mas fabrica também os critérios e modalidades de valorização de si, as maneiras de utilizar as competências e os ideais que orientam aqueles usos, dentre os quais, a realização do interesse individual, a eficácia, o desempenho, tendo sempre como horizonte a concorrência. Dessa forma, os próprios “fatores de valorização do capital humano e as condutas que os ordenam [passam a ser] objetos das políticas governamentais” (Feher, 2007, p. 21).

Resistir à racionalidade neoliberal a partir do mecanismo de subjetivação-sujeição que ela impõe, significa assumir a forma subjetiva do capital humano, e assumir também como estratégia de vida a busca da valorização de si, considerando no entanto, que os critérios que determinam os tipos de práticas e de governo de si, que valorizam ou depreciam o capital humano, não são dados ou preestabelecidos. O campo de luta e os movimentos de resistência vão se constituir em torno da criação e do desenvolvimento de modalidades, fatores e condições de valorização de si diferentes dos que são produzidos, incentivados e propostos pelas políticas neoliberais. O que a resistência vai produzir, no interior e a partir da ra-

cionalidade neoliberal, é um espaço de concorrência e de competição entre os modos de se conduzir que promovem a valorização de si, entre os critérios e fatores que determinam o que valoriza ou deprecia o capital humano.

Toda prática governamental que depende da liberdade – que nela se sustenta para colocar em ação seus mecanismos de condução de condutas – comporta sempre a ameaça de o indivíduo fazer uso do resíduo de liberdade e autonomia não capturado, para produzir um movimento de torção capaz desviar o curso e alterar os resultados pretendidos; o efeito desse movimento é a criação de novas alternativas de governo de si. A resposta política e a resistência ao neoliberalismo devem persegui-lo no interior de seu campo, no seu próprio terreno, o da produção de subjetividade, liberdade e possibilidade.

O objetivo de qualquer forma de governamentalidade é o governo e a conduta dos outros, mas o que é específico do neoliberalismo é que ele pretende alcançar esse objetivo por meio dos efeitos de suas práticas e técnicas de poder sobre o governo de si, da relação a si. Produzir sujeitos que se conduzem e se governam como empresários de si, determina direta e imediatamente a relação de cada sujeito com os outros. E estes passam, nesse caso, a ser encarados como competidores ou concorrentes na busca da valorização de si. A especificidade da governamentalidade neoliberal permite abordá-la como um tipo de poder-conduta, e com isso pensar uma outra forma de resistência a essa forma de subjetivação-sujeição, a resistência de conduta ou contraconduta.⁴ É uma forma de resistência ao modo de ser conduzido, que se furta a um certo dispositivo de governo dos outros por meio da criação de condutas alternativas, tanto no âmbito da relação a si como no da relação aos outros.

A resistência ao poder-conduta neoliberal – e a subjetivação-sujeição nele implicado – consistiria na recusa ativa “de se conduzir com relação a si mesmo como empresário de si e na recusa de se conduzir com relação aos outros de acordo com a norma da concorrência” (Dardot & Laval, 2009, p. 480). Essa dupla recusa teria como consequências, do lado da relação a si, um certo distanciamento de si e um descolamento da lógica competitiva da eficácia, e, do lado da relação aos outros, a produção de relações de cooperação, de contracondutas cooperativas. A subjetivação individual, ainda de acordo com Dardot e Laval, deve sempre se

⁴ Essas noções foram desenvolvidas no capítulo 1, pp. 34-38.

articular à subjetivação coletiva para não se reduzir à uma estetização da ética. “A invenção de novas formas de vida só pode ser uma invenção coletiva, devida a multiplicação e a intensificação das contracondutas de cooperação” (Dardot & Laval, 2009, p. 480).

O governo dos homens e as relações entre eles pode se organizar em torno de objetivos diferentes dos impostos pela racionalidade neoliberal – de maximização do desempenho, da eficácia, da superprodução e do controle generalizado. O governo dos homens pode se alicerçar nos modos de governo de si que produzam modalidades não competitivas de relação aos outros (Dardot & Laval).